

Carta aberta dos Coordenadores Estaduais do Cadastro Único para Programas Sociais e Programa Bolsa Família

Nós, Coordenadores e Técnicos Estaduais do Cadastro Único – CadÚnico e do Programa Bolsa Família - PBF, reunidos durante os dias 21 a 25 de novembro de 2016 em Brasília – DF durante o Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família - PBF – ENCE 2016, em atenção aos avanços, perspectivas e desafios vimos por meio deste reafirmar nosso compromisso com os objetivos do CadÚnico e PBF junto à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC, tendo em vista os novos processos de trabalho e as alterações na gestão do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

O PBF como estratégia cooperada e coordenada entre os entes federados contribui para o combate à pobreza, a promoção da inclusão e o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. Estudos e pesquisas recentes comprovam que o Programa Bolsa Família é um dos maiores programas de transferência de renda do mundo e possui um baixo custo de manutenção diante dos resultados obtidos (OIT/2016).

De acordo com Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA (2013) a cada R\$ 1,00 investido no PBF este se transforma em R\$ 1,78 no PIB (Produto Interno Bruto), o que resulta no aquecimento das economias locais e na melhoria da qualidade de vida das pessoas atendidas pelo Programa nos municípios.

Desde meados de 2007, a SENARC tem desenvolvido ações anuais de averiguação e revisão cadastral de forma sistemática e periódica, com cruzamento de bases de informações, por meio de ações coordenadas e regulamentadas pela mesma, acordadas juntos aos estados e municípios, com apoio técnico e operacional. Estas ações fortalecem as gestões estaduais e municipais por meio de instruções operacionais, informes, reuniões técnicas, capacitações e demais publicizações de listas de famílias em sistemas próprios, que determinam e orientam previamente os gestores no planejamento

das ações estratégicas e operacionais para viabilizar o cumprimento do calendário de atualização cadastral (revisão e averiguação) com visitas domiciliares, visando à qualificação e aperfeiçoamento do Cadastro Único e focalização da concessão de benefícios do PBF.

No ano de 2016, para além da atualização cadastral em andamento, estão em curso três outras ações simultâneas: Operação Raio X - desencadeada pelo Ministério Público Federal - MPF, com referência na base de informações do CadÚnico de 2013 a 2016; averiguação, por meio de batimentos realizados com a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE e o Ministério do Esporte/Bolsa Atleta; e a Operação "Pente Fino" realizadas pelo MDS. Os referidos processos, entretanto, repercutiram nas rotinas de qualificação do CadÚnico e focalização do PBF, com a sobrecarga de trabalho, assim como sobreposição ações e conflitos de informações técnicas nas gestões estaduais e municipais.

As Coordenações Estaduais e Municipais sofreram grande impacto com a divulgação antecipada das informações veiculadas de "novos processos de fiscalização" na grande mídia, considerando que os estados e municípios não tiveram prévia e adequada informação e orientação técnica para os esclarecimentos e planejamento dos procedimentos a serem adotados no atendimento das famílias identificadas nestes processos.

Tal situação causou apreensão e impactou negativamente na gestão do CadÚnico e PBF e gerou retrabalho junto as equipes municipais, que obrigatoriamente interromperam as ações já planejadas e em curso, acima citadas, penalizando as famílias atendidas, sobrecarregando os técnicos das equipes municipais e por vezes, impedindo a inclusão de novas famílias no Cadastro Único.

Evidencia-se que as referidas ações tem emplacado diversas dificuldades na gestão do CadÚnico e PBF nos municípios, em função do aumento da procura por atendimento nos postos de cadastramento e equipamentos da assistência social, ocasionados pelos processos

descoordenados de fiscalização que tem provocado colapso nos processos já existentes em grande parte dos municípios, ocasionando a tendência de criminalizar as famílias incluídas no PBF, em um contexto em que se agrava os níveis de desemprego e desproteção social das famílias de baixa renda.

Nesse sentido, as Coordenações Estaduais possuem um papel primordial na gestão descentralizada do Programa e do CadÚnico, corroborando com as atribuições dos entes federados em defesa e para a garantia dos direitos sociais por meio do acesso às políticas públicas e sobretudo do Programa Bolsa Família.

Cientes disto, ao mesmo tempo em que nos colocamos a disposição, solicitamos que a SENARC fortaleça a interlocução e o esclarecimento junto ao MPF, com o objetivo de aperfeiçoar as rotinas já estabelecidas e minimizar o impacto que uma ação descoordenada pode causar nas gestões municipais e estaduais, sobretudo na vida das famílias.

Brasília, 25 de novembro de 2016.

Atenciosamente,
Coordenadores Estaduais do CadÚnico e PBF